
FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

ALESSANDRA KNOLL
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

I

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

ALESSANDRA KNOLL
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

I

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Função política e social do direito e teorias da constituição

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Alessandra Knoll

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F979 Função política e social do direito e teorias da constituição / Organizadora Alessandra Knoll. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-881-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.813222601>

1. Direito. 2. Lei. 3. Constituição. I. Knoll, Alessandra (Organizadora). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Função política e social do Direito e Teorias da Constituição” é uma obra de tema atual cujo foco principal é a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos.

O objetivo central foi apresentar, de forma categorizada e clara, estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país e exterior. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi o aspecto relacionado ao Direito e trazer à tona temas sociais e políticos relevantes para a coletividade.

A obra foi dividida em 2 volumes, para que o tema fosse debatido na sua complexidade e importância.

No primeiro volume, focou-se no direito à saúde e nas políticas públicas envolvendo a saúde coletiva, com destaque para assuntos relacionados à covid-19, que tiveram grande impacto na vida dos Brasileiros de março de 2020 até os dias atuais. Pela sua grande importância, o volume trouxe cinco artigos que debatem diretamente o tema da pandemia e suas repercussões. Além de outros trabalhos que focam na temática da saúde. Com destaque para dois artigos que debatem a judicialização da saúde e um trabalho que trata da saúde da mulher. Este volume da obra trouxe, ainda, dois artigos sobre os Conselhos municipais de saúde e encerra-se o volume 1 com dois artigos sobre seguridade social, que corresponde a um conceito mais amplo de saúde e dignidade.

O segundo volume inicia com um Manifesto, e uma crítica ao famoso “juridiquês” que acaba por distanciar as leis do povo. Em seguida, apresenta-se ao leitor ou à leitora temas diversos discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo direito e sua complexidade. Finaliza-se o volume 2 desta obra com dois artigos sobre a formação em direito, as experiências discentes com os direitos humanos e uma reflexão acerca do trabalho do docente.

Deste modo a obra “Função política e social do Direito e Teorias da Constituição” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Alessandra Knoll


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

COVID-19 E DIREITOS FUNDAMENTAIS: UM OLHAR PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

Rubens Beçak


Bruno Humberto Neves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226011>

CAPÍTULO 2..... 15

A MEDIAÇÃO COMO GARANTIA PARA A SOCIEDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS IMPACTADOS PELO COVID-19


Gabriel Sell Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226012>

CAPÍTULO 3..... 29

ACESSO À JUSTIÇA E A RECOMENDAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS NAS AÇÕES RELATIVAS AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO

Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226013>

CAPÍTULO 4..... 44


DIREITO A VACINAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Miguel Kfoury Neto

Letícia Gabriela Camargo Franco de Lima

Francelise Camargo de Lima

Pedro Franco de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226014>


CAPÍTULO 5..... 62

VIGILÂNCIA GOVERNAMENTAL DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DA COVID-19 FUNDAMENTADA NA SUSTENTABILIDADE SOB AS PERSPECTIVAS JURÍDICO-POLÍTICA E SOCIAL

Vitor Luís Botton

Giovanna Vieira da Costa


Jocelino Tramontin da Silva








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226015>




CAPÍTULO 6..... 79

COVID-19 E O IMPACTO NO MEIO AMBIENTE: O APELO DO MUNDO POR UMA CONSTITUIÇÃO GLOBAL DIANTE DO ECOCÍDIO.

Vanessa Saldanha de Lyra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226016>

CAPÍTULO 7.....	91
O ESTADO E OS BENEFÍCIOS SOCIAIS	
Carlos Rafael da Silva	
Milton Vasques Thibau de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226017	
CAPÍTULO 8.....	108
MEDIAÇÃO NA SAÚDE SUPLEMENTAR: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A LEI 13.140/2015 ANTE A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CAMPO PRIVADO	
Francisco Miranda Pinheiro Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226018	
CAPÍTULO 9.....	121
O EXAME DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA: EM FACE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Ingrid Nascimento Conchy	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8132226019	
CAPÍTULO 10.....	133
PELO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL O CONSENSO SUPLANTA A ÚLTIMA BARREIRA: <i>A RES PUBLICA</i>	
Francisco de Assis Pessanha Filho	
José Carlos Paes	
Nilton Cesar da Silva Flores	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260110	
CAPÍTULO 11.....	145
SAÚDE DA MULHER E O ABORTO LEGAL EM PERSPECTIVA: NARRATIVAS E SENTIDOS EM DISPUTA	
Líliá Guimarães Pougy	
Ludmila Fontenele Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260111	
CAPÍTULO 12.....	156
OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PENSADOS A PARTIR DA TEORIA DO DIREITO SOCIAL DE GEORGES GURVITCH	
Yana de Moura Gonçalves	
Gabriel Eidelwein Silveira	
Tamires Eidelwein	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260112	
CAPÍTULO 13.....	168
DEMOCRACIA Y ESPACIO PÚBLICO EN AMÉRICA LATINA	
Alessandra Knoll	
Fernanda Matsukura Lindemeyer Pieri	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260113	

CAPÍTULO 14.....	178
SERÁ QUE A DEMOCRACIA ESTÁ EM <i>DOWN</i> ?	
Virgilius de Albuquerque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260114	
CAPÍTULO 15.....	202
ANÁLISE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: O ACESSO À APOSENTADORIA DO TRABALHADOR RURAL	
Franklym Farllony Murad da Silva	
Oswaldo Vanderley de Sousa Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260115	
CAPÍTULO 16.....	216
EL PLAN DE AHORRO VOLUNTARIO, UNA ALTERNATIVA PARA INCREMENTAR EL MONTO DE UNA PENSIÓN OTORGADA POR EL IMSS	
Georgina Macías Mora	
José Manuel Barrera Castañeda	
Luis Roberto Contreras Santiago	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81322260116	
SOBRE A ORGANIZADORA:	230
ÍNDICE REMISSIVO.....	231

CAPÍTULO 13

DEMOCRACIA Y ESPACIO PÚBLICO EN AMÉRICA LATINA

Data de aceite: 01/11/2021

Alessandra Knoll

Fernanda Matsukura Lindemeyer Pieri

RESUMEN: La Constitución Federal Brasileña de 1988 institucionalizó la creación de espacios legalmente constituidos denominados Consejos Deliberantes, que surgieron con la propuesta de legitimar el ejercicio de la soberanía popular, la gestión democrática de las políticas sociales y el control social por parte de la sociedad civil. Así, el objetivo de esta investigación científica es analizar, desde la perspectiva de los estudios sobre Gestión Social, el grado de participación y representatividad de la población en los Ayuntamientos. La metodología utilizada fue el estudio de caso. Los resultados indican que, desde la perspectiva de los estudios sobre gestión social, el grado de participación y representatividad de la población en los Consejos analizados, en teoría, indican su relevancia para fortalecer el ejercicio de la gestión democrática de las políticas sociales. Sin embargo, no presentan un reposicionamiento al analizar los casos presentados en la práctica, ya que todos los mencionados aún presentan evidencia de la dimensión estratégica y del Estado neoinstitucional actual.

PALABRAS CLAVE: Constitución Federal, Consejos Deliberantes, Democracia, Control Social, Gestión Social.

DEMOCRACIA E ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA

RESUMO: A Constituição Federal brasileira de 1988 institucionalizou a criação de espaços legalmente constituídos chamados Conselhos Deliberativos, os quais surgem com a proposta de legitimar o exercício da soberania popular, da gestão democrática das políticas sociais e do controle social por parte da sociedade civil. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa científica é analisar, sob a ótica dos estudos acerca da Gestão Social, o grau de participação e representatividade da população nos Conselhos. A metodologia utilizada foi o estudo de casos. Os resultados apontam que, sob a ótica dos estudos acerca da gestão social, o grau de participação e a representatividade da população nos Conselhos analisados, na teoria, indicam a relevância dos mesmos para o fortalecimento do exercício da gestão democrática das políticas sociais. Porém, não apresentam um reposicionamento ao analisarmos na prática os casos apresentados, pois todos os citados ainda apresentam evidências da dimensão estratégica e do Estado neoinstitucional vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição Federal, Conselhos Deliberativos, Democracia, Controle Social, Gestão Social.

DEMOCRACY AND PUBLIC SPACE IN LATIN AMERICA

ABSTRACT: The Brazilian Federal Constitution of 1988 institutionalized the creation of spaces made legally called Deliberative Councils, which come with a proposal to legitimize the exercise

of popular sovereignty, democratic management of social policies and social control by civil society. Thus, the goal of this scientific research is to analyze, from the perspective of studies on the Social Management, the degree of participation and representation of the population in the Councils. The methodology used was the case study. The results show that, from the perspective of studies of social management, the degree of participation and representativeness of the population in the analyzed Councils, in theory, indicate the relevance for strengthening the exercise of democratic management of social policies. However, they do not present a repositioning to analyze in practice the cases presented, for all of the above still show evidence of the strategic dimension and the current neoinstitucional State.

KEYWORDS: Federal Constitution, Deliberative Councils, Democracy, Social Control, Social Management

INTRODUCCIÓN

La Constitución Federal Brasileña de 1988, también llamada Constitución Ciudadana, institucionalizó la creación de espacios legalmente constituidos denominados Consejos Deliberativos. Los Consejos plantearon la propuesta de legitimar el ejercicio de la soberanía popular, la gestión democrática de las políticas sociales y el control social por parte de la sociedad civil. Actualmente, en Brasil, existen más de 20 mil Consejos en diferentes áreas de las políticas públicas, con el rol de establecer un proceso de co-deliberación sobre ellos (Avritzer, 2007).

Así, el objetivo de esta investigación científica es analizar, desde la perspectiva de los estudios sobre Gestión Social, el grado de participación y representatividad de la población en los Ayuntamientos. Además, busca valorar su importancia en relación al control social que ejercen.

En este sentido, la importancia práctica de desarrollar esta investigación vendrá dada por el fortalecimiento de los espacios de los Consejos Deliberantes para el ejercicio de la gestión democrática de las políticas sociales, independientemente del resultado de la investigación (si hay más o menos control social a través del Consejo estudiado), lo que ocurre es que puede haber mejoras en el grado de participación y en la calidad tanto de la participación de la sociedad civil en las discusiones como del control social. La difusión del trabajo y funcionamiento de los Consejos Deliberantes es una de las claves de su legítimo funcionamiento y, de esta forma, esta investigación podrá fortalecer la visibilidad del tema en estudio.

1 | CONTROL SOCIAL

Históricamente, la noción de control social surge a finales del siglo XIX, a partir de los estudios de Émile Durkheim sobre el orden social y la integración en el trabajo *Division du travail social* (Durkheim, 2008). En la obra, el autor escribe sobre la solidaridad orgánica, que es la capacidad de un sistema social para integrar los diversos intereses generados por

las diferencias sociales resultantes de la división del trabajo, como una forma de originar la cohesión social. En este contexto, la cohesión social es una fuerza externa que mantiene unidos a los individuos y les permite vivir juntos de acuerdo con un orden social. El origen de esta fuerza externa es la conciencia colectiva que trasciende las conciencias individuales y es capaz de conducir a la autorregulación de la sociedad por constreñimiento colectivo.

En la visión weberiana, la solidaridad resulta de las prácticas de dominación ejercidas por las organizaciones burocráticas y comandadas, sobre todo, por el Estado y las élites (Weber, 2005). En la teoría de la acción comunicativa (Habermas, 2002), los individuos son actores que cambian y transforman la realidad social a través de una acción comunicativa, que se da a través de la interacción simbólica surgida a través del lenguaje y orientada al entendimiento mutuo, teniendo como presupuesto la posibilidad de consenso. Como son parte de un proceso deliberativo (Habermas, 2003), se espera que la legitimidad de las decisiones políticas provenga de procedimientos en los que participen quienes probablemente se verán afectados por ellas. Para que esto sea factible, es necesario contar con foros deliberativos plurales e inclusivos, desvinculados del sistema político, pero que, con ellos, se establezca algún nivel de interacción, como es el caso de los Consejos regulados por la Constitución Federal de 1988. A partir de esta demanda, se amplía la apertura de nuevos espacios de participación ciudadana y la búsqueda de una mayor transparencia por parte de los organismos públicos:

Los consejos de políticas públicas y derechos se han difundido en los municipios del país desde la década de los noventa, gracias a la inducción del gobierno federal, que condicionó la transferencia de recursos financieros federales a los niveles de gobierno subnacionales a la constitución de estos foros, entre otros requisitos (Cortes , 2011: 79-80).

Según los estatutos, Berger et al. (2007: 01), en su artículo tercero, señala que “es responsabilidad del Consejo Municipal de Salud definir lineamientos y controlar la aplicación de los recursos del Fondo Municipal de Salud, en línea con el Plan Municipal de Salud”. Así, se puede ver que los Consejos Deliberativos, a pesar de ser formas institucionalizadas de control social, significan avances en el área de la gestión pública.

Así, a través de los Consejos Deliberantes, los ciudadanos pueden ser actores sociales, tanto en la figura de los concejales como en la figura de los participantes en las sesiones, ya que las reuniones de los Consejos están abiertas a la población, para que ésta pueda supervisar al Consejo como su proceso deliberativo.

Según Svava y Denhardt (2010) existen cuatro dimensiones de la participación pública (prestación de servicios, organización, deliberación e intercambio de información) en las que el ciudadano es un actor social. El ciudadano activo, en un momento dado, es un evaluador del servicio, ejerciendo el control social; en otro, puede ser coproductor del servicio, en el que delibera y toma decisiones por el grupo, además de participar activa y directamente en la solución de problemas sociales. Así, los consejeros en funciones son los responsables de representar la voluntad colectiva, a través de deliberaciones.

En cuanto a la representación dentro de los Consejos, la Constitución de 1988 prevé su estructuración en un formato híbrido, compuesto igualmente por miembros del gobierno y la sociedad civil para la discusión de diversos temas relacionados con las políticas públicas (Wampler; Avritzer, 2004).

2 | PARTICIPACIÓN

La participación popular está directamente relacionada con la democracia y el ejercicio de la ciudadanía. La participación ciudadana, además de ser un derecho, es una condición inherente a la naturaleza humana, ya que, como afirma Aristóteles (2001), todos somos seres sociales o políticos.

Después de un período de dictadura y una reconstrucción de la democracia en Brasil, a través de manifestaciones, surgió la Constitución de 1988, llamada constitución ciudadana. Con ello, el tema de la participación social se hizo más evidente y “las ideas participativas adquirieron un nuevo perfil en el contexto de transición y, más específicamente, de la Asamblea Constituyente: la participación, una vez popular, se hizo ciudadana” (Lavalle, 2011: 34).

Así, las ideas participativas adquirieron rasgos más abstractos y fueron consagradas, en 1988, como un derecho ciudadano más allá de la participación electoral. En la década siguiente, la regulación de los preceptos constitucionales en materia de participación adoptó los consejos como expedientes institucionales para posibilitar la participación en la gestión de las políticas definidas como estratégicas. (Lavalle, 2011: 35).

La Constitución Federal de 1988 dispuso la creación de Consejos Deliberantes, con el objetivo de estimular la participación ciudadana. Según Arnstein (1969), la participación es como la redistribución del poder, que permite a los ciudadanos marginados, excluidos del proceso político y económico, la inclusión deliberativa. Considera la participación directa como fundamental para el ejercicio de la ciudadanía, defendiendo la ampliación de la representación política a través de una combinación de representación electoral y participación ciudadana directa en el proceso de deliberación pública. El autor también elaboró una escala con ocho niveles de participación ciudadana, correspondiendo cada nivel al grado de extensión del poder ciudadano para determinar el resultado final de la acción pública. En esta tipología, los grados de participación varían desde la manipulación hasta el control ciudadano de la administración pública en su conjunto (Arnstein, 1969).

Otro autor que analiza la participación ciudadana es Gohn (2004), definiéndola como:

[...] uno que redefine los lazos entre el espacio institucional y las prácticas de la sociedad civil organizada, para que no exista ni un rechazo a la participación de la sociedad civil organizada ni una participación movida por la polaridad del antagonismo a priori, ni su absorción por la máquina estatal, porque el Estado reconoce la existencia de conflictos en

la sociedad y las divergencias en las formas de resolver y resolver los problemas sociales, entre diferentes grupos, y participa en la arena de negociación entre ellos. Los consejos son una de las modalidades de ejercicio de la ciudadanía (Gohn, 2004: 29).

Según Gohn (2004), los consejos son una forma de control social y participación de la sociedad civil y concluye que los consejos, a pesar de ser un espacio importante para la ciudadanía, no deben ser el único entorno de participación de la sociedad civil.

El análisis de las formas de participación, que pueden darse con mayor o menor calidad, según Demo (2001), es una forma de entender los niveles de participación popular. Así, la calidad política se entiende como la característica procesal que los fenómenos participativos necesitan presentar, en términos de contenido y propósitos, más allá de los instrumentos formales. «Una asociación puede parecer bien estructurada en términos formales: reunirse regularmente, tener un número significativo de miembros, estar al día con sus estatutos, tener una sede atractiva, entre otros, pero aún funciona muy mal en términos de participación real» (Demo, 2001: 116).

La mala participación se puede expresar de diferentes formas, ocurriendo cuando hay poca discusión, poca participación de la población en general, o siempre permitiendo a las mismas personas en la posición de controlar el curso de un determinado debate. Así, para tener una participación auténtica, según el autor (Demo, 2001), debe haber: representatividad, legitimidad, participación de la base y autosuficiencia.

Según Sousa Santos y Avritzer (2002) existe una tensión entre capitalismo y democracia, principalmente porque el sistema de mercado está ligado a una forma hegemónica de democracia, que acaba interfiriendo con su calidad. Esta forma hegemónica es elitista, liberal-representativa y se centra en las experiencias de los países del norte del globo.

Según Ramos (1981), cuando hay burocracia y racionalidad instrumental se cuestiona la calidad de la democracia, ya que hay una “degradación de las prácticas democráticas” (Sousa Santos y Avritzer, 2002: 42). También hay una sobrevaloración de la democracia representativa en detrimento de la democracia participativa. Cuando la unidad democrática es muy amplia, la participación disminuye y la solución es delegar decisiones en representantes (Sousa Santos y Avritzer, 2002). Sin embargo, la democracia representativa no garantiza que los intereses de los votantes sean defendidos en la asamblea.

Para Demo (2001), los objetivos de la participación son la autopromoción, la realización de la ciudadanía, la democratización del juego, el control del poder, el control de la burocracia, la negociación y la propia cultura democrática. El autor define la autopromoción como una característica de política social, que lleva al participante a autogestionar la satisfacción de sus necesidades “con miras a superar la situación asistencial de falta de ayuda” (Demo, 2001: 67), es decir, conduce a una cierta autonomía del individuo para dejar el bienestar para perseguir sus intereses de una manera más activa.

Así, el análisis permite observar que la participación, además de ser un ejercicio

democrático, conduce a la ciudadanía. Los ciudadanos que ejercen la democracia ejercen su poder, legitimando su participación como forma de poder, utilizando su voz como actor en la búsqueda del bien común, a través del diálogo y la negociación con otros actores sociales.

Prácticas de Gestión Social: ¿presentes en la dialogicidad entre teoría y práctica?

En la construcción del conocimiento para esta investigación, se buscó analizar las prácticas de ciudadanía y participación social vinculadas a la gestión social, analizando si existía un equilibrio entre las dimensiones dialógica y teórica. Para ello se utilizaron encuestas realizadas por cinco maestros / doctores participantes del Grupo de Investigación en Gestión Social de la UFSC.

La primera investigación aborda el tema de las políticas públicas de una manera diferente: desde la emancipación. Realizado a través de dos interpretaciones: la primera tratando la emancipación, desde la gestión social, como diálogo crítico y lograda solo cuando el ciudadano comienza a ser considerado en su condición de sujeto capaz de pensar el mundo y pensar el mundo; y el segundo, trata la emancipación como una condición potenciada en los espacios institucionales, en los que el individuo, de esta manera, puede construir de manera autónoma su propio destino y el destino del territorio en el que vive. Dichos supuestos sustentan el objetivo de la investigación, que es el Programa de Ciudadanía de los Territorios del Medio Oeste Contestado en Santa Catarina, y tiene dos lineamientos principales: el primero está dirigido a generar ingresos e inclusión social en actividades productivas sostenibles y el segundo está relacionado con la garantía de ciudadanía y participación en la gestión social del desarrollo (Justen, 2013).

La gestión social también fue adoptada en la investigación de Samuel Filipe (2012) como una estrategia en la evaluación del desarrollo local, considerando el desempeño del SEBRAE (Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y Pequeñas Empresas) en el Territorio de Ciudadanía Contestado del Medio Oeste. El estudio señala que el territorio analizado tiene una complejidad de interacción entre actores y la cultura del diálogo en la región se ve sacudida, tanto por el pasado de conflictos armados, por la cuestión del Concursante, como por el desajuste de intereses políticos. resultando en una falta de armonía en el desarrollo de las actividades y acciones propuestas por el programa de gobierno (Filippe, 2012).

En este sentido, el diagnóstico que se hizo fue la fuerte influencia del mercado en la sociedad local, y el SEBRAE como factor atenuante para la propagación de una lógica instrumental y de marketing. La conclusión del estudio demuestra que la aplicación de políticas públicas compensatorias, basadas en conceptos erróneos o sesgados de ciudadanía, participación o estrategia territorial, puede conducir a una mala aplicación de la fuerza constructiva del Estado (Filippe, 2012).

Otro enfoque dado al diálogo entre teoría y práctica fue el análisis entre gestión

social y participación en las decisiones, teniendo como locus de análisis la Cooperativa de Mujeres Maricultoras del Governador Celso Ramos (COLIMAR) y la Cooperativa Social de Padres, Amigos y Portadores de Discapacidad. (COEPAD), ubicada en Florianópolis / SC, realizada por la maestra Karin Vieira da Silva (2013).

Como base de la investigación se utilizó un marco teórico que aborda los siguientes temas: gestión social, ciudadanía, ciudadanía deliberativa y participación, asociaciones civiles, cooperativismo y toma de decisiones. En términos generales, se concluyó que la participación de los integrantes de COLIMAR en los procesos de toma de decisiones aparece con mayor intensidad, así como el carácter deliberativo y consensual de las decisiones se acentúa más. La organización tiene fuertes rasgos de gestión social y ciudadanía deliberativa desde sus orígenes hasta su estructura actual. En COEPAD se investigó, de manera más latente, la coexistencia de rasgos de gestión social y gestión estratégica en cuanto a la participación de los actores organizacionales en el proceso de toma de decisiones, ya que presenta mayor burocracia en sus estructuras y procesos, pero con posibilidades de participación y potencial para su expansión (Silva, 2013).

Al trabajar en la participación ciudadana, el estudio de Pacheco (2013) analiza si las acciones participativas del programa Territorios Ciudadanos y del Ministerio de Desarrollo Agrario en el Territorio Medio Oeste del Contestado están en consonancia con los supuestos de la gestión social. En los resultados se verificó la existencia de dos territorios englobados en solo uno, y que, según las categorías, hubo una aproximación parcial de las acciones del programa con la gestión social. El trabajo arrojó como resultado el análisis de que el Programa Territorios de la Ciudadanía, si bien en el papel emana supuestos de desarrollo territorial y una gestión más participativa, está lejos de apuntar a este objetivo, ya que en la práctica aún conlleva supuestos de gestión estratégica como la decisión centralizadora. -realización (de arriba hacia abajo), la exclusión de actores de los ambientes deliberativos, la baja interacción con políticas similares y la dificultad de articular actores para la colectividad (Pacheco, 2013).

En los estudios de Knoll (2013) se advierte que, entre una asociación de recolectores de materiales reciclables, si bien hay reuniones y asambleas generales donde todos pueden hablar, lo que de hecho predomina en la práctica es la voluntad de unos pocos y la visión estratégica. .

La propia Constitución Federal, al crear los Consejos, los crea en forma de arriba hacia abajo, lo que sugiere una perspectiva instrumental y estratégica, en la que son instrumentos legales para la descentralización de la actividad del Estado. Así, terminan configurándose más como una práctica burocrática y neoinstitucional que como una práctica de gestión social.

CONSIDERACIONES FINALES

Desde la perspectiva de los estudios sobre gestión social, el grado de participación y representatividad de la población en los Consejos analizados en la literatura especializada, en teoría, hay un indicio de su relevancia para fortalecer el ejercicio de la gestión democrática de las políticas sociales. Sin embargo, no presentan un reposicionamiento al analizar los casos presentados en la práctica, ya que todos los mencionados aún presentan evidencia de la dimensión estratégica y del Estado neoinstitucional actual.

Además, al evaluar la importancia de los Consejos en relación al control social que ejercen, lo que sucede es que hay pocas mejoras, ya que el grado de participación y la calidad de la participación tanto de la sociedad civil en las discusiones como del control social aún son baja en los casos mencionados.

Como cita Habermas (2003), se espera que la legitimidad de las decisiones políticas provenga de procedimientos en los que participen quienes posiblemente serán afectados por ellas, como los Consejos Deliberantes regulados por la Constitución Federal de 1988. Sin embargo, aunque en teoría Es la rendición de cuentas que indica avances en el área de la gestión pública, en la práctica lo que se pudo observar fue la escasa participación expresada de diferentes formas, ya sea a través de poco diálogo, baja participación de la población en general, o en presencia de una pequeña número de personas que son siempre las mismas personas que controlan el curso de una discusión determinada.

Las prácticas de ciudadanía y participación social vinculadas a la gestión social analizadas en los cinco estudios realizados por los participantes del Grupo de Investigación en Gestión Social de la UFSC muestran resultados que apuntan a: (i) la falta de promoción de la gestión social en los territorios observados ; (ii) la falta de identificación del espacio en el que viven los propios actores territoriales, lo que impide la construcción de una nueva realidad territorial; (iii) la falta de sintonía con el desarrollo de las actividades y acciones propuestas por el programa de gobierno; (iv) la propagación de una lógica instrumental y de mercado, que puede conducir a una mala aplicación de la fuerza constructiva del Estado; (v) la presencia de supuestos de gestión estratégica como la toma de decisiones centralizada (de arriba hacia abajo); (vi) la exclusión de actores del ámbito deliberativo; (vii) la baja interacción con políticas similares y (viii) la dificultad para articular a los actores para la comunidad, con miras al bien común.

La práctica de dar a conocer el trabajo y funcionamiento de los Consejos Deliberantes es una de las claves de su legítimo funcionamiento y de la forma en que el ciudadano es activo en un momento dado y coproductor del servicio en otro. Así, los consejeros en funciones son los responsables de representar la voluntad colectiva, a través de deliberaciones.

En conclusión, el presente análisis de la Constitución Ciudadana y los Consejos Deliberantes en Brasil no aportó evidencia empírica sobre la dialogicidad entre teoría y

prática desde la perspectiva de los estudios sobre gestión social, el grado de participación y representatividad de la población en los Consejos analizados. Se entiende que la Constitución Federal de 1988 dispuso la creación de Consejos Deliberantes, con el objetivo de estimular la participación ciudadana. Esta participación es fundamental para el ejercicio de la ciudadanía. Así, se espera que futuros estudios en la literatura especializada indiquen y presenten casos prácticos sobre su relevancia para fortalecer el ejercicio de la gestión democrática de las políticas sociales, ya que en el análisis de los casos aquí presentados no se evidenció reposicionamiento, ya que todos aquellos El mencionado aún presenta evidencia de la dimensión estratégica y del actual Estado neoinstitucional.

REFERENCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

AVRITZER, Leonardo En SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Z. (Org.) _____. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. São Paulo: Cortez, 2003.

ARNSTEIN, Sherry (1969): "A ladder of citizen participation". En: Journal of the American Planning Association, v. 35 [jul], [4], pp. 216-224.

BERGER, Dário Elias; et al. **Regimento Interno**. Conselho Municipal de Saúde: Florianópolis, 2007.

CORTES, Soraya Vargas. **Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros**. En: PIRES, Roberto Rocha (7 eds.): Diálogos para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. **Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis**. Em <http://www.cms.pmf.sc.gov.br> (15.10.2014).

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

DURKHEIM, Émile. (1893) [2008]: Divisão social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes.

FILIPPE, Samuel. **Gestão social como estratégia de avaliação do desenvolvimento local: a atuação do sebrae no território da cidadania do meio-oeste contestado**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

GOHN, Maria da glória (2004): **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. En: Saúde e Sociedade, v.13, [mai-ago], [2], pp. 20-31.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

JUSTEN, Carlos Eduardo. **Do monólogo ao diálogo?** O potencial emancipatório do programa território da cidadania meio-oeste contestado catarinense revisitado à luz da gestão social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

KNOLL, Alessandra. **O programa pró-catador e a nova política nacional de resíduos sólidos: uma análise da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Participação**: valor, utilidade, efeitos e causa. En: PIRES, Roberto Rocha (7 eds.): Diálogos para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011.

PACHECO, Anderson S.V. A participação cidadã nos territórios da cidadania: um estudo de caso no território do Meio Oeste do Contestado, à luz da gestão social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013

RIBEIRO, Rebeca de Moraes / SALM, José Francisco/ MENEGASSO, Maria Ester (2007): **Coprodução do bem público e o desenvolvimento da cidadania**: o caso do PROERD em Santa Catarina". En: Revista Alcance, v.14, [mai-ago], [2], pp. 231-246.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

SILVA, Karen Vieira da. **Gestão social e participação nas decisões**: estudos de caso em cooperativas catarinenses. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. En: AVRITZER, Leonardo: Introdução: para ampliar o cânone democrático. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

SVARA, James/ DENHARDT, Janet. **The Connected Community**: Local Governments as Partners in Citizen Engagement and Community Building. White Paper, 2010.

WAMPLER, Brian /AVRITZER, Leonardo. **Participatory publics**: civil society and new institutions.. En: Comparative Politics, v.1, pp. 01, 2004

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 6, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 155

Aborto legal 6, 145, 149, 151, 152

América latina 5, 6, 29, 30, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 118, 136, 144, 151, 154, 168

Aposentadoria 7, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 110, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 214

B

Benefícios sociais 6, 91, 96

C

Cidadania 8, 43, 44, 64, 69, 114, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 176, 177, 178, 179, 184, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Conselhos gestores 156, 161

Conselhos Municipais 4, 6, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 167

Contratos administrativos 5, 15, 18, 22, 24, 25, 26, 27

Controle social 156, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 196

Coronavírus 1, 2, 3, 4, 10, 15, 16, 18, 20, 21, 28, 73, 74, 77, 78, 86, 90

Covid 4, 5, 1, 2, 3, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 38, 40, 42, 45, 46, 48, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 90, 126, 129, 130, 145, 146, 147, 150

Covid-19 4, 5, 1, 2, 3, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 38, 40, 42, 45, 46, 48, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 88, 90, 126, 129, 130, 145, 146, 147, 150

D

Dados pessoais 5, 62, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 210

Desenvolvimento 11, 46, 47, 49, 51, 52, 58, 64, 65, 66, 67, 69, 72, 75, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 92, 104, 110, 111, 114, 119, 122, 124, 137, 155, 157, 159, 165, 176, 177, 184, 192, 196, 203, 212

Direito 2, 4, 5, 6, 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 147, 148, 156, 157, 159, 163, 164, 165, 166, 176, 180, 183, 186, 187, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 214, 230

Direito à saúde 4, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 73, 98, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 131, 132

Direitos fundamentais 5, 1, 2, 8, 9, 10, 12, 13, 20, 43, 45, 46, 48, 49, 61, 66, 67, 69, 71, 73, 75, 91, 93, 95, 104, 105, 107, 112, 113, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 158, 163, 183

Direitos sociais 9, 11, 48, 50, 51, 63, 67, 75, 76, 93, 95, 96, 98, 104, 111, 119, 124, 162, 200

E

Espaço público 168

Estado democrático 1, 2, 8, 11, 15, 18, 23, 27, 28, 48, 51, 71, 104, 148, 156, 163, 183

G

Georges Gurvitch 6, 156, 157, 162, 163, 166, 167

J

Judicialização da saúde 4, 6, 33, 42, 108, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 130, 131

Jurisdição Constitucional 1, 2, 10, 12, 13

Justiça 5, 2, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 66, 67, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 127, 130, 133, 135, 136, 137, 139, 143, 144, 181, 182, 183, 184, 190, 191, 197, 200

M

Mediação 5, 6, 15, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 135, 136, 144

Mediação de conflitos 24, 28, 108, 113, 114, 115, 117

Medicamento 5, 29, 32, 34, 35, 36, 38, 40, 126, 128

Meio ambiente 5, 67, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 98, 119, 161

P

Pandemia 4, 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 38, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 126, 129, 130, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154

Políticas públicas 4, 6, 8, 12, 13, 32, 46, 49, 71, 74, 78, 120, 121, 129, 145, 147, 148, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 182, 183, 184, 191, 193, 200, 203, 228

R

Regime previdenciário 105, 202, 204, 205, 210

Responsabilidade civil 5, 44, 45, 46, 47, 50, 53, 57, 58, 60, 61, 120

S

Saúde 4, 6, 2, 5, 6, 13, 15, 16, 18, 21, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 176, 189, 203, 207, 208, 209

Saúde da mulher 4, 6, 145, 146

Saúde pública 6, 15, 16, 18, 21, 22, 28, 45, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 72, 73, 77, 87, 88, 110, 111, 112, 118, 121, 122, 125, 126, 127, 130, 131

Saúde suplementar 6, 36, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118

Seguridade social 4, 7, 32, 91, 92, 96, 97, 98, 107, 111, 148, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 213

Sustentabilidade 5, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 75, 76, 77, 82, 84, 85, 145, 166

T

Trabalhador rural 7, 202, 203, 208, 210, 211, 212, 213, 214

Tutela de urgência 29, 37, 38, 41

V

Vacinação 5, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60





Violência de gênero 7, 145, 147, 149, 152, 153, 154

Vírus 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 48, 57, 58, 68, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 126, 129, 146

Vulneráveis 5, 1, 2, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 31, 67, 147, 150, 151





FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

I